



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

- Desde há muito que os produtores de bivalves da Ria Formosa têm vindo a reclamar e lutar contra a poluição provocada pelas descargas das ETAR de Olhão Poente e Faro Nascente, que, segundo fomos informados, tem interditado e reduzido as zonas de apanha de bivalves bem como da produção de viveiros e conseqüentemente prejudicado o ambiente, a economia local e suscitado graves conflitos sociais entre a população;
- A esta calamidade, a CM. Olhão, o principal produtor nacional de bivalves, assiste com uma indiferença difícil de compreender, não sendo conhecidas acções da parte da mesma para resolver e avaliar o efectivo impacto das descargas de águas residuais das suas ETAR na vida da Ria Formosa e na actividade de produção de bivalves;
- O resultado de anos de poluição na Ria Formosa obrigou a que se procedesse administrativamente a uma reclassificação das zonas de produção em função da poluição induzida nas águas, aumentando em 70% as zonas de classe C, e reduzindo conseqüentemente as melhores zonas de produção;
- Tal facto forçou os viveiristas a arcar com novos custos de manutenção e de trabalho, que no passado não tinham, e que decorrem das novas exigências deste processo, como é exemplo a obrigatoriedade dos produtores terem de colocar em quarentena os bivalves resultantes de uma zona classe C numa zona classe B, uma zona mais favorável ao depuramento dos bivalves e que na maior partes dos casos os produtores não dispõem;
- Importa neste contexto perceber as verdadeiras motivações e os impactos económicos e sociais que estão na base desta alteração profunda da actividade da produção de bivalves à qual a C.M de Olhão não tem conseguido dar resposta. Assim,

Tendo presente que:

Nos termos do disposto no artº. 156º, alínea d) da Constituição, é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato»;

Nos termos do artº. 155º, nº. 3 da Constituição e do artº. 12º, nº. 3 do Estatuto dos Deputados , «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no artº. 229º, nº. 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no nº. 3 do mesmo preceito;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados vêm por este meio requerer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Olhão, e por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, as seguintes informações:

- Tem V. Exa. conhecimento da dimensão do impacto da poluição induzida pela ETAR de Olhão Poente na Ria Formosa e a conseqüente destruição da maior zona de produção de bivalves do país?
- Que acções já desenvolveu essa edilidade no sentido de resolver e mitigar a descarga das águas residuais com níveis de poluição acima dos permitidos na Ria Formosa?
- Quais os resultados das últimas monitorizações feitas às águas residuais dessa ETAR? Encontram-se dentro ou fora dos parâmetros a que essas descargas devem obedecer?
- Nos casos de desconformidade regulamentar, que acções foram empreendidas e que contactos foram já desenvolvidos com as entidades e serviços ambientais que detêm a supervisão e controlo dessas descargas em meio hídrico?
- Pode V. Exa. indicar-nos, qual o impacto desta calamidade na Ria Formosa em termos de redução da actividade de produção de bivalves da Ria Formosa bem como relativamente aos postos de trabalho nesta área, qual o número dos que entretanto já se perderam e a estimativa daqueles que ainda se irão perder caso não se proceda à despoluição das águas e reclassificação das mesmas?

Palácio de São Bento, terça-feira, 7 de Janeiro de 2014

Deputado(a)s

ARTUR RÊGO(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

PEDRO MORAIS SOARES(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)

ABEL BAPTISTA(CDS-PP)

MANUEL ISAAC(CDS-PP)

Deputado(a)s

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)

JOSÉ RIBEIRO E CASTRO(CDS-PP)